

Vereadores derrubam mais dois vetos do prefeito

PROJETO DE LEI DO PREFEITO É APROVADO

Também foi aprovado o projeto de lei o prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), que altera a lei responsável por formular o plano de cargos, salários e vencimentos da prefeitura municipal, para redescrever os diversos cargos públicos que especifica. O "Índice de Descrições de Cargos de Provimento Efetivo" promoverá uma descrição mais específica e detalhada de cada cargo citado, suas competências técnicas e atribuições.

PROJETOS DE LEI SÃO ADIADOS EM SESSÃO

Foi adiada, para outubro do ano que vem, a votação do projeto de lei que tem como objetivo a reformulação do plano de cargos, salários e vencimentos da prefeitura, para diminuir a jornada de trabalho do cargo de Psicólogo. Também foi adiada a votação do programa "Eu Não Esqueço", criado pelo vereador Antônio Albino (PSB).

SETEMBRO AMARELO É LEMBRADO PELO CVV

A coordenadora do Centro de Valorização da Vida (CVV), Maria Bernadete Amaral Carneiro, fez o uso da palavra para enaltecer o trabalho que vem sendo feito para dar apoio a pessoas com depressão e que precisam de ajuda. Membros do CVV, todos voluntários que recebem ligações dessas pessoas para ouvir o que elas têm a dizer e dar suporte, também estiveram presentes na sessão: tudo para lembrar o Setembro Amarelo

ANGELO AUGUSTO SANTI
asanti@jj.com.br

Na sessão ordinária que aconteceu ontem (10) na Câmara Municipal, os vereadores de Jundiá votaram pela derrubada de dois vetos do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), ambos por unanimidade, a dois projetos de lei que visam alterações para facilitar e agilizar o acesso a determinadas áreas do site da prefeitura.

O primeiro projeto de lei vetado pelo prefeito mas mantido pela Câmara é de autoria do vereador Gustavo Martinelli (PSDB) e prevê, no sítio eletrônico da prefeitura, mecanismos de busca e disponibilização da íntegra de decretos realizados pelo Poder Executivo. Segundo o vereador, a justificativa dada pelo prefeito para o veto é absurda. "O Executivo classificou a lei como contrária ao interesse público. Mas ela serve justamente para atender à população, facilitando o acesso aos decretos - que todos sentimos dificuldades em encontrar - e promovendo maior transparência e agilidade", afirmou. O segundo é de autoria do vereador Douglas Medeiros



Representantes do Centro Comunitário da Vila Hortolândia (CCVH) acompanharam a sessão e usaram a Tribuna Livre

(PP) e tem como objetivo a publicidade, também no sítio eletrônico da prefeitura, de informações sobre os conselhos municipais. "É preciso estimular o interesse público em relação às decisões tomadas

tanto pela Câmara Municipal quanto pela Prefeitura", afirmou. Douglas já havia feito duras críticas ao trabalho do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMD-CA), principalmente em rela-

ção ao ideologismo praticado por parte dos seus conselheiros e às denúncias das quais o conselho tem sido alvo desde o início do ano, por conta de falhas em sua atuação na proteção de crianças e adolescen-

tes em situação de risco e vulnerabilidade.

TRIBUNA LIVRE

As mudanças aprovadas na tribuna livre já estão sendo colocadas em prática. Porém, a principal delas, que é o aumento de três para quatro participantes por sessão ainda não foi experimentada. Isso porque, dos nove munícipes inscritos, apenas três estiveram presentes na Câmara durante a sessão de ontem (10).

Entre eles estava João Guilherme Oliveira, presidente do Centro Comunitário da Vila Hortolândia (CCVH), o maior de Jundiá, que oferece atividades de educação, esporte e lazer para a população do município. Guilherme apresentou as principais atividades realizadas e destacou que o CCVH se mantém sem investimentos públicos, apenas através de doações.

O Centro Comunitário também é responsável por manter a infraestrutura e alimentação das crianças da Creche Ternura e Coragem. Algumas atividades são encontradas gratuitamente apenas no CCVH, como aulas de circo, ballet, karatê, zumba, yoga, dança de salão e dança do ventre.